ATA Nº. 16

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
26-04-2016**

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, Sara Paula Caetano Domingos e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Rui Vítor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luís Filipe Dias Grácio e Marco Filipe Sá Geração. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge e António Silvino Costa Ferreira -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes e José David da Silva Ribeiro. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram suspensão do mandato até 365 dias e ausência por período inferior a trinta dias, respetivamente: -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substituiu Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Mário de Matos Rodrigues, que substituiu Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Deu posse a Fernando José Guia Barbosa, que substituiu João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, do Partido Social Democrata. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substituiu Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Não compareceu, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia**, referiu: “A senhora vereadora Isilda Aguincha não pode estar presente por motivos de saúde e o vereador substituto teve um problema de última hora e também não pode estar presente. -----

O senhor vereador Carlos Matias, telefonou-me há pouco, informando que não poderia estar presente derivado a trabalhos na Assembleia da República. -----

Aconteceu também um imprevisto de última hora à senhora deputada Kelly Silva, que a impede de estar presente nesta assembleia.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Dar uma nota, que o ponto número seis da ordem dos trabalhos chegou na sexta-feira pelas dezasseis horas e quinze minutos, e por isso, não foi cumprido o período mínimo exigível para analisar este documento, pelo qual não nos iremos pronunciar sobre ele.” -----

Prosseguiu **Fernanda Alves**: “A bancada do Partido Socialista gostaria de apresentar um voto de pesar pelos atos de terrorismo que têm vindo a acontecer na Europa, nomeadamente os últimos no aeroporto de Bruxelas e no metro, é nossa intenção apresentar este voto de pesar verbalmente para repudiar estes atos. -----

Também gostaríamos de apresentar um voto de regozijo ao senhor José Canelo, o nosso atleta tetracampeão, é uma pessoa que é um exemplo para a sociedade, um homem com 91 anos que é uma honra e que leva o nome do Entroncamento mais longe.

Felicitar também a Câmara pela Feira de Abril, que a bom tempo voltou.” -----

Continuou **Telma Jorge**: “Queria informar que no dia 4 de maio a Comissão de Utentes da A23 e da A13, vai realizar uma ação de protesto pela abolição das portagens, junto da rotunda do E. Leclerc, pelas 18:30 horas, pelo que estão todos convidados.” ----

Interveio **Pedro Gonçalves**: “Queria questionar o executivo pela qualidade da nossa água, porque temos visto nalguns eventos da câmara ou das juntas de freguesia, temos vindo a assistir ao proliferar de água engarrafada em vez da nossa água. -----

Do que sabemos, a nossa água é de bastante qualidade, seria de bom-tom ter essa atenção se queremos que os cidadãos confiem na nossa água, é preciso que para além das análises regulares, mostrar o exemplo que podemos confiar na água que sai das nossas torneiras. -----

Quero também questionar, acerca da utilização dos EPI – Equipamentos de Proteção Individual, dos trabalhadores da câmara municipal, se está inteiramente a ser cumprida a lei, conforme tínhamos falado na última assembleia municipal. -----

Questionar mais uma vez em relação ao esqueleto do prédio do antigo Clube dos Ferroviários e saber o que fazer àquela infraestrutura, que não dignifica a nossa cidade.

Um outro assunto que já falei com o senhor Presidente e que gostaria que ficasse registado em ata, queríamos questionar em relação à Associação Humana, que protocolo existe? As últimas notícias dos media, têm-nos alertado para que não seja somente uma associação de caridade, mas também de negócio. -----

Queríamos que o senhor Presidente e o executivo, questionassem a Associação Humana, de quais as causas que têm apoiado e que irão apoiar, três milhões de lucros dão para apoiar muitas causas. -----

Questionar acerca dos contratos de cafés e bares da nossa câmara, têm ou não um tempo mínimo de abertura ao público? Têm ou não um horário que deva ser cumprido?

Nos últimos tempos, temo-nos deparado com alguns estabelecimentos fechados em horários que normalmente estariam abertos, creio que não seja por falta de segurança. ---

Queria informar que isto são questões de municípios que chegaram até nós. -----

Queria questionar acerca de um torneio de snooker, que foi questionado à câmara de havia a possibilidade de um apoio e o mesmo foi negado. Queríamos questionar se o mesmo terá apoio num futuro próximo, pois este torneio costuma reunir algumas centenas de participantes. -----

Manutenção da locomotiva que está junto ao centro de convívio, é património histórico e deve ser preservada da melhor maneira. Que tipo de manutenção tem sido feita e que manutenção irá a ser feita? -----

Saudar o município pela realização da Feira de Abril e que a mesma se prolongue por muito tempo, pois é um motivo de alegria para uma cidade que nos últimos anos tem andado um pouco vazia. -----

Gostaríamos que ficasse em ata, algo que a Federação de Trabalhadores Democratas Cristãos nos perguntou. Nos últimos tempos, os Trabalhadores Democratas Cristãos ligados ao setor da saúde, têm registado aumentos exponenciais nos tempos de espera nos hospitais, mas desta vez, não conseguimos ver nem câmaras fotográficas ou de filmar, sindicalistas nem comissões de utentes em frente dos hospitais, não se brinca à política do faz favor, se reclamaram noutros tempos, convém que reclamem também agora. Parece que as coisas estão todas muito bem. Vivemos no país das maravilhas, temos a cidadania a caminho do bolso e temos os nossos problemas resolvidos, mas como digo, é só parecer, a fatura seguirá dentro de momentos para o futuro.” -----

Referiu **Mário Rodrigues**: “Queria apresentar a seguinte recomendação/moção:

RECOMENDAÇÃO/MOÇÃO -----

O Rio Tejo, tem sido nos últimos anos alvo de discussão em muitos fóruns, quer ao nível de Associações de ambientalistas em Portugal e em Espanha, Associações de pescadores, Autarquias locais, Governo da República através do seu Ministério do Ambiente, Comunidades Intermunicipais e Partidos Políticos. -----

A CDU como força política que luta por uma qualidade de vida melhor para as populações, já fez várias reuniões, propostas e contestações Junto das Entidades Competentes sobre esta temática do Rio Tejo. -----

Uma Delegação do Partido Comunista Português do seu Grupo Parlamentar da Assembleia da Republica deslocou- se no passado dia 16 abril de 2016 ao Rossio ao Sul do Tejo em Abrantes para uma auscultação publica, a qual, concluiu que os problemas do Rio Tejo subsistem e em alguns casos se agravaram. -----

Em síntese, concluiu-se que os problemas do Rio Tejo têm as seguintes origens: -----

1- Que o seu caudal tem vindo a diminuir em consequência dos dois transvases Espanhóis já existentes, estando em construção um terceiro para alimentação ao Rio Guadiana e projeta-se mais um quarto transvase. Só 1 dos transvases retira 80% da água do Rio Tejo. -----

Sublinhe-se que a única água limpa que entra no Rio Tejo em Espanha na Barragem de Valdecãnas do seu rio afluente Tiétar vai ser levada através do transvase para alimentar a rede de águas das cidades de Múrcia e Valência. -----

2- Cada vez com maior aumento da poluição, tendo logo em Espanha na Barragem Castrejón, uma das barragens mais poluídas do mundo, onde acumula toda a poluição proveniente da Comunidade de Madrid. -----

Desde logo em Portugal, no concelho de V.V. Rodão na Ribeira do Açafal, um afluente do Tejo, onde as descargas poluentes são constantes, esta é a maior fonte poluidora em Portugal, há muito identificada, mas nada acontece!

Existindo também em Portugal a jusante desta, outras descargas poluidoras de outras unidades industriais e de descargas de etares, sem o devido tratamento. -----

3- Relativamente aos dois grandes obstáculos artificiais construídos desde a margem esquerda até a margem direita no Rio Tejo, pela PEGOP no final da década de 80 para captação de águas para refrigeração da sua central termo-elétrica e em Abrantes o açude insuflável pela respetiva autarquia local em 2004 para efeitos de laser, pode afirmar-se afoitamente: -----

- Que ambas as construções estão a obstruir quase totalmente a passagem dos chamados peixes de arribação, tais como; Lampreias, Sáveis, Sabogas e Fataças, cuja desova destas espécies se dava a montante destes dois “muros”. ----- Devem assim ser desmantelados estes dois “muros”. -----

4- Conclue-se que, em razão do abaixamento do caudal do Rio Tejo, da sua enorme poluição, dos seus dois grandes obstáculos PEGOP e Abrantes Açude Insuflável, estão postas em causa todas as espécies piscícolas incluindo de forma definitiva as espécies de arribação. E por isso mesmo, o fim dos ecossistemas. -----

Está assim, o Rio Tejo “morto”, não valendo de nada ao maior “**espelho de água em Portugal**” em Abrantes as praias fluviais onde se gastaram nestas obras **dezenas de milhões de euros**. -----

5- Tendo o Governo da República, através do seu Ministério do Ambiente, criado a 19 de janeiro 2016, uma Comissão de Acompanhamento sobre a problemática do Rio Tejo, a qual, irá ter representantes da Agência Portuguesa do Ambiente, da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento da Território, das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro, e, Comissões Intermunicipais da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Beira Baixa. -----
Está Comissão segundo o Ministério, tem como objetivo apresentar um relatório sobre a problemática do Rio Tejo até ao final de junho/2016. -----

6- A CDU (Coligação Democrática Eleitoral), propõe que a Assembleia Municipal do Entroncamento na sua seção ordinária de 26 de abril de 2016, delibere: -----

- Recomendar às Entidades Oficiais Supracitadas no ponto 5 nomeadamente na Comissão da Comunidade intermunicipal do Médio Tejo, da qual, esta Autarquia faz parte, tendo em conta as preocupação e propostas contidas nesta Recomendação/ Moção. -----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia**: “Relativamente ao documento que acabou de ler, vou submeter à consideração do plenário a sua apreciação e votação, a mesa não pode receber porque chegou fora de prazo e como pode imaginar, só a assembleia pode aceitar discuti-lo. -----

Queria também dizer que foi distribuído a todos, para conhecimento, uma cópia da moção aprovada pela câmara municipal, na reunião de 18 de abril, sobre a questão de Angola. -----

Também foi distribuído a todos e porque chegou tardiamente, o certificado do técnico oficial de contas que devia acompanhar o relatório de contas.” -----

Seguidamente **Luís Grácio** procedeu à leitura de um voto de solidariedade. -----

VOTO DE SOLIDARIEDADE -----

O processo contra os ativistas angolanos (17 no total) foi concluído no dia 28 de março de 2016. Todos eles tiveram sentenças entre os 2 e os 8 anos de prisão, 15 dos ativistas tinham sido detidos entre 20 a 24 de junho de 2015 e postos em prisão domiciliária a 18 de dezembro e que são: Henrique Luaty da Silva Beirão, Manuel Chivonde (Nito Alves), Nuno Álvaro Dala, Afonso Mahenda Matias (Mbanza Hanza), Nelson Dibango Mendes dos Santos, Hitler Jessy Chivonde (Hitler Samussuko), Albano Evaristo Bingo

Bingo, Sedrick Domingos de Carvalho, Fernando António Tomás (Nicolas o Radical), Arante Kivuvu Italiano Lopes, Benedito Jeremias, José Gomes Hata (Cheick Hata) e Inocêncio António de Brito, Domingos da Cruz, Osvaldo Sérgio Correia Caholo, Rosa Conde e Laurinda Gouveia. -----

Os ativistas foram condenados por terem participado e promovido uma leitura coletiva do livro "Da Ditadura à Democracia". Ou seja, por exercerem direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos: "toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião"; e na própria constituição da república angolana: "artigo 40.º (Liberdade de expressão e de informação) e artigo 47.º (Liberdade de reunião e de manifestação), entre outros. -----

Ilegalmente detidos, abusivamente tratados e com os seus direitos restringidos, os ativistas levaram a cabo uma greve de fome para chamar a atenção para a injustiça de que estavam a ser vítimas. Luaty Beirão fez a greve de fome mais longa, 36 dias, assim como Nuno Álvaro Dala, que fez os mesmos 36 dias de greve de fome, ao fim dos quais terminou, após as autoridades terem cumprido em grande medida as suas exigências. -----

A Amnistia Internacional já se pronunciou publicamente em defesa dos ativistas. Decorre mesmo uma campanha internacional apelando para a defesa da liberdade de expressão e defendendo a libertação dos ativistas. Contudo, o regime político angolano não se inibiu de levar por diante a encenação judicial e concluir com penas de prisão todo um processo que violou de forma recorrente e deliberadamente a própria lei angolana e o direito internacional. -----

Assim, a Assembleia da Municipal do Entroncamento reunida em 26 de abril de 2016 delibera, prestar solidariedade aos ativistas políticos angolanos, repudiando o processo judicial e os atropelos aos direitos humanos e apela à sua libertação. -----

Delibera igualmente, dar conhecimento deste voto de solidariedade a todas as embaixadas dos países de língua portuguesa, à CPLP, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, aos órgãos de comunicação social locais e nacionais, às autarquias da Médio Tejo, à ANAFRE e à ANMP. -----

Pediu a palavra **Rui Maurício**: "A Junta de Freguesia de São João Baptista, está solidária com todos os presos políticos angolanos, nomeadamente aqueles referidos no voto de solidariedade, possivelmente haverá outros presos políticos que nós não temos conhecimento." -----

Interveio **Telma Jorge**: "A CDU vai votar contra este voto de solidariedade, não vota contra de ânimo leve. -----

Temos uma posição que tem sido amplamente divulgada acerca desta questão, temos uma declaração de voto que é a seguinte:

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

Não á interferência nos assuntos internos de Angola-----

Não à agressão externa de Angola. -----

Pelo Respeito da soberania da República de Angola -----

(...) -----

Reafirmando a defesa do direito de opinião e manifestação e dos direitos políticos, económicos e sociais em geral, o PCP sublinha a importância do respeito da soberania da República de Angola, do direito do seu povo a decidir – livre de pressões e ingerências externas – o seu presente e futuro, incluindo da escolha do caminho para a superação dos reais problemas de Angola e a realização dos seus legítimos anseios. -----

Reiterando a defesa dos direitos e garantias dos cidadãos angolanos – não se pronunciando sobre as motivações dos cidadãos angolanos envolvidos neste processo, nem sobre a forma como as autoridades competentes angolanas

intervieram no decurso deste –, o PCP reitera a sua consideração que cabe às autoridades judiciais angolanas o tratamento deste ou de outros processos que recaiam no seu âmbito, no quadro do normal funcionamento das suas instituições e de acordo com a sua ordem jurídico-constitucional. -----
Não esquecendo a longa guerra de subversão e agressão externa que foi imposta ao povo angolano e que tantos sofrimentos e destruição causou, o PCP não acompanha campanhas que, procurando envolver cidadãos angolanos em nome de uma legítima intervenção cívica e política, visam efetivamente pôr em causa o normal funcionamento das instituições angolanas e desestabilizar de novo a República de Angola, com a invocação de argumentos e pretextos já utilizados para justificar a ingerência externa exercida sobre outros países, nomeadamente no continente africano. -----

Prosseguiu **José Baptista**: “Duas questões apenas. -----

A primeira é solidarizarmo-nos claramente com o voto de solidariedade apresentado pelo Bloco de Esquerda. -----

Quando acabamos de celebrar Abril e virmos aqui e não celebrarmos a liberdade em qualquer outro país ou não a exigirmos, seria muito pouco democrático. -----

Por outro lado, lançar o repto ao Bloco de Esquerda, para que nesta mesma moção ou outra que pretendam, incluïrem casos com os da Coreia do Norte, Venezuela, de outras democracias muito musculadas, que há muito tempo necessitam de democracia verdadeira e que há muitos, quer cá, quer lá fora que tende a continuar a fechar os olhos.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Isto é um facto que reveste muita hipocrisia e mentira. -----

Estive a ver o site da Internacional Socialista e o MPLA faz parte do grupo de países que fazem parte da Internacional Socialista. -----

Houve uma reunião do Conselho da Internacional Socialista em Luanda, em 27 e 28 de novembro de 2015, para além da declaração onde não consta nada sobre Angola, há um documento sobre Angola e que é muito claro, está em francês e vou tentar traduzir: “ É com simpatia que os participantes deste encontro e sobre a direção do partido membro MPLA, concluiu dos avanços determinados para a reconciliação de Angola, para a democracia e para o estado de direito, fundado no respeito da liberdade e das liberdades fundamentais dos cidadãos.” -----

Faz também um elogio a José Eduardo dos Santos, eu nem conseguia fazer tanto.

Em Portugal, o Partido Comunista antes do 25 de abril sofreu muito na clandestinidade, teve um papel importante para não haver uma intervenção na II Guerra Mundial em Portugal e aquilo que o Partido Comunista dizia na altura, era que a ditadura fascista em Portugal, era um assunto do povo português e é o povo português que tem de resolver e o resultado disso foi uma revolução sem sangue. -----

Há partidos políticos aqui que estiveram a favor da invasão da Líbia, e qual é o resultado dessa invasão a pretexto das liberdades, das garantias dos cidadãos, qual foi o resultado disso? Foi a apropriação das riquezas e o povo líbio continua a matar-se nas ruas, no campo, em todo o lado. -----

Esta moção é hipócrita, isto é chicana política interna em Portugal, não vem resolver os problemas angolanos. -----

Angola evoluiu muito nos últimos anos, tem uma legislação, não tem pena de morte, tem problemas que se devem a quarenta anos de guerra e que ainda hoje divide muito a população angolana. -----

Os angolanos vão resolver os seus problemas nos tribunais, o processo ainda não acabou e estou esperançoso que resolvam os problemas nos tribunais.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Não sei se conhecem a capa do livro “*Da ditadura à democracia*”, mas em Portugal tem uma faixa a vermelho que diz “perigo”, em ditaduras este livro pode levá-lo à prisão. -----

É lamentável que quando nós em Portugal, que ainda ontem comemorámos o 25 de abril, assistimos a um País que fala a mesma língua que nós, é lamentável por ler-se um livro, por se tentar falar de democracia e liberdade, será preso. -----

Muitos dos que estão aqui, lutaram por uma democracia livre em Portugal e acreditamos que todas as pequenas palavras que se possam ter, todas as pequenas ações que se possam ter, façam denunciar este caso, serão úteis e por isso o CDS irá votar a favor.” -----

Fernanda Alves referiu: “Ouvi o senhor deputado António Ferreira com muita atenção, tive alguma dificuldade em compreender este fervor, mas aceito. -----

Para já, isto não é uma moção, é um voto de solidariedade e daquilo que li, inclusivamente das intervenções que foram feitas em reunião de câmara, não estamos aqui a decidir nada nem estamos a fazer pressão ou não estamos a interferir para resolver alguma coisa, infelizmente não conseguimos. -----

Aquilo que estamos a fazer, é prestar solidariedade aos abusos que são feitos aos direitos que cada um tem de se manifestar perante algumas situações com que não concorda. -----

Nesse sentido, o voto do PS vai ser a favor, até porque ainda ontem neste mesmo salão, nós falámos de democracia, de liberdade de expressão, liberdade de manifestação e mal seria que esta assembleia hoje, não estivesse solidária com alguém que defende por se estar a manifestar contra algo que não concordasse, estivesse preso.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Lamento os comunistas que morreram antes do 25 de Abril pela liberdade neste País e outras pessoas, mas foi essencialmente comunistas que morreram antes do 25 de Abril. -----

Lamento que esta conversa esteja levada até este ponto e pôr em causa o Partido Comunista em termos da defesa dos direitos humanos e direitos das liberdades e garantias, nós somos a favor de tudo isso. -----

Não houve exemplo maior que foi o Partido Comunista antes do 25 de abril que foi dar este exemplo, o problema fascista da ditadura em Portugal é nosso, é o povo português que tem de resolver e isso resultou numa revolução sem sangue. -----

O MPLA há muito que deixou de ser comunista. -----

O MPLA é social democrata. -----

O MPLA faz parte da Internacional Socialista. -----

Aquilo que nós defendemos é que deixem os angolanos e não queiram transformar os angolanos numa colónia novamente. -----

Angola tem muita riqueza, mas não é nossa, é do povo angolano.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “Estou de acordo com o António Ferreira, lamento de facto o nível a que esta conversa está a chegar e da parte do António Ferreira em particular. -----

De facto, neste documento não se encontra nada que se refira à política angolana, é um voto de solidariedade com um conjunto de ativistas angolanos que tiveram a ousadia de discutir um livro ou dois, o que significa que o nosso voto é de solidariedade com as pessoas que estão a ser violentadas. -----

Não é por acaso, que a Amnistia Internacional lançou uma campanha internacional pela liberdade de expressão e para defesa dos ativistas, aliás, os presos foram julgados e foi alterada a legislação a meio do julgamento, nem a lei angolana prevê uma coisa destas. -----

Os problemas dos angolanos vão ser resolvidos inevitavelmente pelos angolanos, assim como os problemas portugueses foram resolvidos pelos portugueses, mas devo lembrar e vou fazer uma leitura muito rápida que é “*Um Clamor que correu o Mundo*” “*A campanha internacional pela libertação de Álvaro Cunhal, teve no escritor brasileiro Jorge Amado e no poeta chileno Pablo Neruda, dois dos mais destacados intervenientes nesta causa entre milhares de comunistas e progressistas em todo o mundo*” é o Avante de dia 14 de fevereiro de 2013, pelos vistos, havia também campanhas justas e dignas para defesa dos nossos presos políticos, não há diferença aqui. -----

A liberdade é um bem essencial, liberdade de expressão, de exprimir as suas opiniões mesmo que não se concordem com elas e é isso que este voto aqui defende. ----

Nós não aceitamos as críticas aqui manifestadas pela CDU.” -----

Intervio **Rui Bragança**: “Estava aqui a conter-me para não intervir, mas não resisti. -----

Todas as bancadas têm o direito de trazer moções, recomendações, etc. mas para as pessoas que nos colocaram aqui, para as pessoas que estão em casa a ver, o que elas querem ver aqui são assuntos do Entroncamento. -----

Na última assembleia, estivemos duas horas em que 75% dos assuntos não tinham nada a ver com o Entroncamento, todos têm direito, é política, mas eu não vejo a política assim.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Gostaria que o Bloco de Esquerda me dissesse a quem é que está dirigida esta moção, para depois fazer a minha intervenção.”

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “A todas as embaixadas dos países de língua portuguesa, à CPLP, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, aos órgãos de comunicação social locais e nacionais, às autarquias do Médio Tejo, à ANAFRE e à ANMP.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Estou esclarecido em relação a essa questão. -----

Quando foi do Afeganistão, quando foi da Jugoslávia, quando foi da Líbia, quando foi da Síria, quando foi do Iraque, quando foi uma série de outros países, a decisão de denegrir esses países foi dos Estados Unidos, a seguir foram as caixas de ressonância e lamento que hajam caixas de ressonância também aqui.” -----

Passou-se de seguida à votação do Voto de Solidariedade. -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE SOLIDARIEDADE -----

O voto de solidariedade apresentado pelo Bloco de Esquerda, foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

Seguidamente **Luís Grácio** apresentou a seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

Três razões para comemorar Abril -----

Comemoram-se a 25 de Abril de 2016 os 42 anos da Revolução de Abril, 41 anos das primeiras eleições livres e democráticas por sufrágio universal e direto em Portugal (as eleições para a Assembleia Constituinte) e 40 anos da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa (aprovada a 2 de Abril de 1976). -----

Esta tríplice comemoração é a comemoração dos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, bem presentes na Revolução de Abril, na prática democrática que se lhe seguiu com a eleição da Assembleia Constituinte e na consagração de um texto

constitucional, resultante do consenso da sociedade de então (apesar de o CDS, claramente minoritário se lhe ter então oposto. -----

Na Constituição da República Portuguesa ficaram bem marcados os valores de Abril: --

- (i) Da Liberdade, com a consagração de um vasto leque de direito, liberdades e garantias, que vão das garantias em processo criminal à liberdade de expressão, de associação, de imprensa e de participação política; -----
- (ii) Da Igualdade, para além da igualdade formal perante a lei, ficaram bem vinculados um conjunto de direitos económicos, sociais e culturais, visando fornecer diretivas vinculativas para a ação de o Estado no sentido de promover a igualdade dos cidadãos no acesso ao trabalho e consagrando direitos sociais conquistados num amplo e intenso processo de luta popular, cantados por Sérgio Godinho: “só há liberdade a sério quando houver a Paz, o Pão, Saúde, Habitação...”. -----
- (iii) Da Fraternidade, ao estabelecer o Princípio da Igualdade entre Estados e da solução pacífica de conflitos internacionais, ao estabelecer a igualdade genérica de direitos entre nacionais e estrangeiros ou, no plano interno, ao estabelecer regras de progressividade fiscal, fazendo dos impostos um meio para a redução das desigualdades, bem como na solidariedade com os territórios periféricos e insulares da República, visando eliminar assimetrias.

A Constituição da República Portuguesa veio também consagrar de forma clara o papel das autonomias regionais e da autonomia local, conferindo-lhes expressão democrática e permitindo às populações assumirem a gestão dos seus interesses próprios. -----

Nestes 40 anos de vigência da Constituição da República Portuguesa, apesar das suas várias revisões, os portugueses e as portuguesas continuaram a contar com a Lei Fundamental como garantia das conquistas de Abril e da democracia. O papel exercido pela Constituição na defesa do Povo contra os desmandos ditados por uma Troika de poderes internacionais não eleitos foi muito claro. Foi na nossa Constituição que depositámos a esperança no progresso e a nossa Constituição foi o travão de parte do retrocesso que nos foi imposto. -----

Por muito que alguns agora se proclamem pela Constituição, nunca deixaram de a afrontar grosseiramente e, em boa verdade, de pugnar pela sua descaracterização: afinal quem não se lembra de várias iniciativas com vista à sua profunda alteração, assim como a sua violação por sucessivos atos de Governo? -----

Assim, a Assembleia do Entroncamento reunida em sessão ordinária a 26 de Abril de 2016 delibera: -----

1 – Saudar os 42 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 e o fim de um regime autoritário e opressor que tantas e tantos condenou ao ostracismo, à miséria, à opressão e à emigração; -----

2 – Saudar os 41 das eleições para a Assembleia Constituinte, naquela que foi a primeira eleição por sufrágio universal e direto, em condições democráticas em Portugal; -----

3 – Saudar os 40 anos de vigência da Constituição da República Portuguesa e o seu papel de garantia dos direitos individuais e coletivos dos cidadãos e das cidadãs portuguesas, bem como a consagração democrática das autarquias locais; -----

4 – Saudar o 1.º de Maio que se aproxima, em nome do futuro que começámos a construir em Abril. O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta

de Norte a Sul para exigir maior recuperação de salários e pensões e o fim da austeridade, enfrentando as imposições da União Europeia, do BCE e do FMI; -----
5 – Dar conhecimento da aprovação desta moção aos partidos representados na Assembleia da República, às Autarquias do Médio Tejo, à ANAFRE e a ANMP, assim como à comunicação social nacional e regional. -----

Continuando no uso da palavra **Luís Grácio** referiu: “ No fundo isto é um seguimento da nossa ação do dia 25 de abril na sessão solene nesta sala, em que falámos sobre o 25 de Abril, o que ele significou, aquilo que ele veio permitir, a liberdade, a nossa Constituição foi uma luta enorme dos deputados constituintes, mas de todo o povo português que teve a sua influência, a sua marca decisiva, porque todo aquele processo que nós vivemos após a revolução de 1974, teve o seu reflexo depois na nossa lei fundamental. -----

Todavia, não foi um processo fácil, para recordar, no dia 2 de abril de 1976, no mesmo momento em que se estava a votar a nossa Constituição, eram assassinados o Padre Max e Maria de Lurdes. -----

Esta moção, em certa medida, faz-nos lembrar e faz-nos recordar, que o momento é de continuação de luta.” -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “A bancada do Partido Socialista não tem nada a acrescentar, ter em consideração também as nossas comemorações ontem aqui, em que as palavras de ordem foram a liberdade de expressão e a democracia. -----

Pelo conteúdo da moção, o Partido Socialista não tem nada a objetar e vai votar a favor.” -----

Continuou **José Baptista**: “Para celebrar Abril como nós ontem celebrámos nesta casa, fizemo-lo dando sempre prioridade às prioridades nacionais que foram tidas, às faltas de consciência de algumas posições que foram tomadas muitas vezes e aos erros que nós em democracia tivemos e nos levaram a alguns períodos menos bons, como este que passamos nos últimos anos. -----

Para comemorar Abril, não é necessário o Bloco de Esquerda vir novamente, como se refere neste texto, voltar a falar na Troika, porque se Portugal não tivesse gasto aquilo que gastou, se Portugal não tivesse feito opções que fez nos últimos governos, Portugal não tinha que mandar vir a Troika. -----

Portanto, nós não podemos estar sempre a espezinhar quem vem cá dentro ajudar quando o país precisa e pede, porque foi inclusivamente pela mão do Partido Socialista lá fora pedir o braço para virem cá dentro trazer dinheiro. -----

Saudamos Abril, ontem saudámos todos Abril, eu disse já uma vez e volto a dizer: Não é por nós dizermos que somos todos democratas, que usamos o cravo à lapela e porque fazemos discursos muito bonitos com citações de poemas, que somos mais democratas do que os outros. -----

A nossa democracia tem que ser assente num sonho, disse-o ontem, mas é um sonho com os pés no chão, não se fazem democracias sem terem os pés assentes no chão e não se pode tomar decisões meramente pelo sonho que nos venha à cabeça.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “As comemorações do 25 de abril no Entroncamento tiveram uma coisa muito importante que foi a intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, que nos deu uma perspetiva do que é que foram as constituições, os avanços e os processos que levaram à destruição de algumas constituições, ele, deu-nos uma imagem do que é a luta de classes ligado a isso. -----

No nosso caso, com um processo de fascismo de 48 anos, deu naquilo que deu, criou força suficiente para criar uma Constituição extremamente progressista, que foi copiada por outros países. -----

No âmbito da Constituição acho que o papel fundamental neste momento das forças progressistas, é retomar os valores de Abril, voltarmos novamente a alguns daqueles valores que estão na Constituição e que nós ao longo de dezenas de anos espezinhámos e sucessivos governos passaram por cima daqueles valores.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente **Pedro Gonçalves**, procedeu à leitura da seguinte moção: -----

MOÇÃO -----

POR UM ENTRONCAMENTO MAIS LIMPO -----

Na cidade do Entroncamento, temos um regulamento, Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e de Limpeza Urbana do Concelho do Entroncamento, que regula a limpeza da nossa cidade, mas que infelizmente não tem vindo a ser cumprido. –

Ultimamente o espaço público do Entroncamento tem-se mostrado pouco cuidado, em termos de limpeza. -----

Este problema existe, não só por culpa da falta de limpeza do município, assim como pelo desleixo, descuido ou mesmo pela falta do conceito de higiene de algumas pessoas. -----

Porém, e sendo o município o responsável pela limpeza do espaço público, o município para além dessa limpeza deveria de promover a manutenção da mesma. -----

Remos constatado que em muitos locais da nossa cidade, as papeleiras são inexistentes, ou encontram-se degradadas. O que leva a um maior desleixo dos cidadãos em relação à limpeza. -----

Os dejetos caninos são uma das maiores pragas dos nossos passeios, eles e as ervas daninhas que proliferam pelos canteiros das nossas árvores. -----

É já um momento raro na nossa cidade ver uma varredora a limpar as nossas estradas ou os aspiradores a limpar os nossos passeios. -----

A limpeza urbana deve ser promovida pelas entidades responsáveis pela mesma, promovida através da manutenção da mesma, pois sabemos que um espaço sujo cria mais sujidade, através da sensibilização dos munícipes e em último caso através da aplicação das coimas prevista no regulamento. -----

Assim e depois desta nossa análise do contexto por nós descrito, a Assembleia Municipal do Entroncamento, delibera na sequência da proposta feita pelo eleito do CDS-PP Entroncamento, Sr. Pedro Gonçalves, que a Câmara Municipal do Entroncamento: -----

- Constitua a higiene urbana como uma prioridade, e que reforce a limpeza urbana da nossa cidade. -----

- Reforce a colocação de papeleiras na nossa cidade assim como dispensadores de sacos para dejetos caninos. -----

- Crie uma campanha de sensibilização junto da população para a manutenção da nossa cidade limpa e livre de dejetos caninos. -----

Continuando **Pedro Gonçalves** referiu: “A atualidade muitas vezes sobrepõe-se às nossas moções. -----

Recebemos ontem, via email, algumas fotografias com publicidade de um partido político do Entroncamento, que está desde o dia 28 de novembro colocado num poste de

um prédio na avenida da estação e depois colocaram uma série deles em poste sim, poste sim com um jantar do 25 de Abril. -----

Estamos aqui a debater uma moção, e cabe a nós partidos políticos não só dar o exemplo, como também cumprimos.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “Esta moção vem falar de um assunto do Entroncamento, já o discutimos várias vezes, a questão da limpeza urbana já várias vezes foi aqui debatida, já houve vários munícipes a colocar o assunto no Facebook, os munícipes continuam-se a queixar publicamente e não compreendo como é que o município resolve não fazer nada. -----

Há uns anos atrás, eu disse nesta casa, falando de educação, disse que os serviços do município funcionavam muito à custa dos antigos POC, dos cidadãos que estão desempregados e nessa função de desempregados estavam à disponibilidade de algumas tarefas que podiam executar, na altura, o senhor Presidente da Câmara disse que não tínhamos falta de funcionários e que essas mesmas pessoas que estavam a colaborar com o município, estavam como uma vertente de apoio a essas pessoas, porque o município não precisava deles. -----

Nós cada vez mais vemos, que temos falta de pessoal, ou das duas uma, ou temos falta de pessoal para executar as tarefas que são necessárias, ou o pessoal está mal distribuído nas ruas e é preciso analisar. -----

Tão de repente as coisas mudaram tanto para haver tantos munícipes a queixarem-se da limpeza urbana, acho que faz sentido esta moção.” -----

Interveio **Fernanda Alves**: “O senhor Pedro Gonçalves fala na falta de conceito de higiene de algumas pessoas. -----

Obviamente que gostamos que haja limpeza na nossa cidade, talvez haja alguns aspetos a ponderar relativamente a esta limpeza. -----

Também temos que ver em relação às questões de civismo, ainda há pouco tempo, num café onde me encontrava, as pessoas a comer gelados e a mandar o papel para o chão, havendo caixote do lixo. -----

Em relação aos dejetos caninos, tem toda a razão, mas também cabe a todos nós proteger a nossa cidade de alguns aspetos relacionados com os dejetos caninos. -----

Quando nós temos pessoas que não cumprem, quando temos pessoas que acham que os outros são obrigados a levar por tabela por aquilo que fazem. -----

Quanto à campanha de sensibilização, penso que a câmara já fez essa campanha de sensibilização, no entanto gostava que o executivo confirme. -----

O Partido Socialista vai abster-se sobre esta questão.” -----

Pediu a palavra **Rui Maurício**: “Queria informar o senhor Pedro Gonçalves que a Junta de Freguesia de São João Baptista, já fez algumas sensibilizações sobre este assunto e basta olhar para os nossos mupis em que existem cartazes da Junta de Freguesia, a sensibilizar para os dejetos caninos e temos fornecidos sacos para os respetivos dejetos. -----

Não temos culpa é que haja muitos cães na nossa cidade em que as pessoas nem os registam. -----

Continuou **Ezequiel Estrada**: “A Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima tem tido uma atuação no acompanhamento nas situações de melhoria da limpeza de acordo com alguns entendimentos com a câmara municipal, através do protocolo. -----

Relativamente a pessoal na rua, temos dois homens na rua a fazer limpeza devidamente acordado com a câmara municipal, com a supervisão do Encarregado Geral da Câmara e com o acompanhamento do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

Está a decorrer o processo para adquirir um aspirador elétrico, com segurança contra incêndios e que brevemente percorrerá parte da freguesia. -----

A Junta de Freguesia vai oferecer um dispensador a todas as pessoas que venham registar e licenciar os cães. -----

Logicamente que não podemos ir à procura de cães vadios e saber aonde é que está o dono para lhe entregar o dispensador, é um facto a existência de cães vadios, sem dono e sem trela e quem cuide dele. -----

Se não há um comportamento de cidadania por parte de alguns cidadãos que residam no Entroncamento, isso ultrapassa as possibilidades de nós assegurarmos este trabalho.” -----

Referiu **António Ferreira**: “A CDU no tempo do Presidente da Câmara de José Cunha, fez uma proposta na altura para a compra de uma varredora para o Entroncamento, nós com essa varredora na altura conseguimos um grande progresso em termos de limpeza na cidade. -----

Lembro-me de algumas forças políticas aqui presentes, quando eram oposição na altura, diziam que a varredora não era necessária comprar, que fazia muito barulho na rua. -----

Lamento dizer, mas os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia fazem como a avestruz, metem a cabeça na areia e não identificam os problemas, não faz sentido termos aqui uma discussão se a limpeza está boa ou não, sem identificarmos as causas e as causas está na força política que apresentou esta moção, foi esta força política que esteve no governo, que reduziu o número de trabalhadores nas câmaras municipais, que forçou as autarquias a recorrer aos CEI e POC e que levaram à degradação de todos os serviços em todas as câmaras. -----

O Partido Comunista fez muita força no sentido de o Orçamento do Estado reverter a situação de impedimento de aprovação de pessoal nas autarquias. -----

Isto de facto, está pelas horas da amargura em termos em todas as câmaras do país e não é só pessoal, são infraestruturas e equipamentos que envelheceram e não há dinheiro para comprar equipamentos novos. -----

Em relação à liberdade de expressão, os cartazes que as forças políticas colocam na rua, é um direito à liberdade de expressão e deve ser salvaguardado em todos os municípios.” -----

Interveio **Rui Bragança**: “Aqui está um tema que gosto de falar por se tratar de um assunto do Entroncamento. -----

Já aqui se disse muita coisa e acho que podíamos adicionar mais qualquer coisa, não sei até que ponto será possível os serviços de fiscalização da câmara, tentarem fazer um levantamento dos lugares mais críticos onde existem mais dejetos caninos e mais papeleiras a serem usadas como baldes do lixo e nessas áreas intensificarem a fiscalização. Se as pessoas não cumprem têm que ser chamadas à atenção, se o problema não se consegue resolver de uma maneira, vamos tentar resolver de outra, chamar à atenção das pessoas, sei que é difícil derivado ao horário do fiscal, mas tentem fazer isso pode ser que resolva.” -----

Pedi a palavra **Marco Geração**: “Querida desejar boa noite ao vereador e deputado nacional Carlos Matias, derivado às novas tecnologias está a ver-nos em direto. -----

Sobre a moção, eu ia pegar na questão levantada pelo deputado Rui Bragança sobre a fiscalização, acho que as pessoas não deixam de ser cívicas de um momento para o outro. -----

De uma forma pessoal, posso dizer que tenho reparado que certas ruas do Entroncamento que acumulam mais lixo, por exemplo a Rua José Afonso, perto do liceu, em que última vez que lá estacionei, comentei com a minha mulher que esta rua acumula aqui muito lixo nalgumas zonas e não é só lixo, são os buracos na estrada. ----

Realmente existe um problema relacionado com o lixo, creio que é um problema que não pode ser varrido para debaixo do tapete, concordo com o deputado da CDU em que tem que se identificar os problemas, tem que se olhar para eles de frente e têm que ser resolvidos. -----

Creio que a fiscalização a esse nível faria sentido a determinadas alturas do dia, em certos locais onde realmente existe mais lixo. -----

Em relação aos cartazes políticos, temos direito à liberdade de expressão, podemos fazer *mea culpa*, num ou outro cartaz e para isso agradecemos que nos indiquem e que nós, Bloco de Esquerda resolvemos a questão, mas também tenho a dizer que o Bloco de Esquerda é um partido muito interventivo, que comunica com o povo continuamente com cartazes na rua para alertar não só várias situações e questões a nível nacional, como também a nível local.” -----

Referiu **Rui Maurício**: “Desde a hipocrisia ao enterrar a cabeça na areia, o senhor deputado conseguiu aqui ter um protagonismo nesta assembleia. -----

Quando eu disse que seriam assuntos para o senhor Presidente da Câmara resolver e falei simplesmente em relação aos dejetos caninos, o senhor deputado ou se informou mal ou não está bem informado, não faz sentido estar a atacar os Presidentes das Juntas de Freguesia, dessa maneira. -----

Quando diz que os Presidentes das Juntas de Freguesia, e falo por mim, enterram a cabeça na areia, é sinal que não sabe qual é a relação e as reuniões que existem entre nós e o Presidente da Câmara, precisamente por causa da limpeza, dejetos e outros.” ----

Continuou **Ezequiel Estrada**: “O senhor deputado tem que saber que é da responsabilidade da Câmara Municipal, atendendo a que não há contratos de execução com as Juntas de Freguesia relativamente a estas matérias e não tem competências próprias na área da limpeza e manutenção no espaço do concelho, nem uma freguesia nem a outra. -----

Sendo assim, o que nós fazemos é uma questão de boa vontade e sentido de responsabilidade, assegurar conjuntamente com a Câmara fazer o melhor pelas condições de vida das pessoas, ou seja, não é uma competência própria, é um gesto de boa vontade e rentabilidade dos meios que as Juntas de Freguesia dispõem. -----

Portanto, não é enterrar a cabeça na areia, não é fugir dos problemas, é colaborar com a câmara para resolver os problemas, senhor deputado.” -----

Prosseguiu **Pedro Gonçalves**: “Referimos na moção que um espaço sujo cria mais sujidade e todos sabemos, que um espaço menos cuidado, vai gerar mais sujidade e como disse o deputado Marco Geração, não podemos varrer para debaixo do tapete, porque o tapete depois fica com uma lomba e lombas e buracos já nós temos a mais na cidade e não precisamos, precisamos é de resolver problemas. -----

A Câmara Municipal do Entroncamento sendo a entidade responsável pela limpeza urbana da nossa cidade, tem o dever de educar e ajudar as pessoas a serem mais limpas. -----

Em relação aos cães vadios, é da responsabilidade da câmara a sua captura.” -----

António Ferreira referiu: “Desculpem se utilizei uma expressão que consideraram tão forte, mas de facto, aquilo que eu quis dizer é só isto, aquilo que está no documento é verdade, isto tem razões de existir. -----

Aquilo que foi feito da austeridade dos últimos anos, levaram as câmaras que não têm autonomia financeira nem capacidade para resolver estes problemas e não é com trabalhadores dos POC e CEI, que vão resolver o problema e era isto que eu gostava de ouvir os senhores Presidentes. -----

Não é culpa dos senhores Presidentes de Câmaras, não é culpa dos senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, a culpa é da política implementada nos últimos anos que retiraram a capacidade financeira das autarquias.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Centro Democrático Social, foi aprovada por maioria, com onze votos a favor, sendo quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Centro Democrático Social, e onze abstenções, sendo nove do Partido Socialista e duas dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

De imediato, **Mário Rodrigues** apresentou a seguinte Moção: -----

Moção 25 de Abril e 1º de Maio -----

1-Considerando o imenso número de comemorações que ontem se realizaram em todo o país alusivas ao 42º aniversário da revolução do 25 de Abril. -----

2-Considerando as portas que Abril abriu com a aliança MFA/POVO. -----

3-Considerando o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa e as conquistas democráticas que ela encerra. -----

4- Considerando a grande conquista do Poder Autárquico Democrático saído do 25 Abril de 1974, com as Comissões Administrativas e consolidado pela Constituição em eleições livres e democráticas, o qual, tem sido um pilar fundamental no desenvolvimento económico, social e cultural para o bem estar das populações, como um Poder Democrático de proximidade. -----

5- Considerando o Dia 1º de Maio o dia Mundial do Trabalhador, o enorme 1º de Maio de 1974, sendo o maior movimento de massas alguma vez realizado em Portugal e o marco histórico que todos os anos esta data tem tido na luta dos trabalhadores no ativo, reformados, pensionistas e jovens, pelo direito ao trabalho e pelo trabalho com direitos. -----

6- Considerando que são já no próximo domingo as comemorações do 1º de Maio. -----

O Grupo Parlamentar da C.D.U. (Coligação Democrática Unitária), propõe que a Assembleia Municipal do Entroncamento, na sua sessão de 26 de Abril de 2016, delibere: -----

- Saudar o 42º aniversário da revolução do 25 de Abril e os Militares que tiveram na sua origem. -----

- Saudar o 40º aniversário da Constituição da República Portuguesa. -----

- Saudar o 40º aniversário do Poder Autárquico Democrático e o seu papel insubstituível no progresso das condições de vida das populações. -----

-Saudar todas as comemorações do 1º de Maio e apelar a todos os Entroncamentenses a participarem nestas comemorações sob a égide do Movimento Sindical e outras Organizações de Classe, as quais, irão ter lugar em Santarém; Lisboa; em todas as capitais de distrito e em muitas outras cidades. -----

Continuando **Mário Rodrigues** referiu: “Considero uma moção muito simples, mas que encerra em si mesma os grandes objetivos, quer do 25 de abril, quer das grandes conquistas que se sucederam ao 25 de abril, de uma forma muito sintética, quer ao próximo domingo que é o 1º de Maio. -----

Resumindo e concluindo conforme o senhor Presidente da Assembleia me pediu, apelamos a todos os entroncamentenses, aqueles que puderem e oxalá que sejam muitos, estejam presentes em Santarém.” -----

Proseguiu **Fernanda Alves**: “O PS não tem nada a objetar à moção. -----

Relativamente a esta moção queria fazer um pequeno reparo e que me agradou bastante. No ponto três fala em conquistas democráticas e voltava um pouco atrás

quando do voto de solidariedade relativamente às lutas e às possíveis conquistas democráticas em Angola, fiquei satisfeita pelo que referiram na vossa moção.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à consideração da assembleia a aceitação para discussão e votação da Recomendação/Moção, apresentada pela Coligação Democrática Unitária, e feita a sua leitura no início da sessão pelo deputado Mário Rodrigues: -----

Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, para discussão e votação. -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “Esta moção vem em certa medida na sequência de outra aprovada na sessão de fevereiro, são todas bem-vindas porque o problema do Tejo é gravíssimo, tem vários fatores, desde as questões aqui colocadas e lidas pelo deputado Mário Rodrigues, como outras questões também relacionadas com a nuclear de Almaraz, com a questão de poluição de um conjunto de fábricas que estão a poluir o Tejo, nomeadamente a partir da zona de Vila Velha de Ródão e tem havido iniciativas de ambientalistas, da Protejo, SOS Tejo e vai haver uma iniciativa em Cáceres a 11 de junho, também no mesmo sentido com ambientalistas espanhóis e portugueses, que está a ser mobilizado a nível internacional. -----

Há muitas iniciativas a fazer neste âmbito e o que se está a passar com o Tejo é um processo complexo, que vai levar muito tempo a ser resolvido.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Esta é uma questão que diz respeito a todos, as questões ambientais estão na ordem do dia. -----

A bancada do Partido Socialista não se opõe obviamente e está de acordo com a moção.” -----

Proseguiu **Pedro Gonçalves**: “Em primeiro lugar hoje é dia 26 de abril e faz trinta anos que Chernobil rebentou. -----

Almaraz está a cem quilómetros, da última vez aprovámos uma moção, onde o nosso colega Marco Geração falou que Almaraz está muito perto e que todos nós teríamos que sair daqui se Almaraz rebentasse. -----

Congratulamo-nos com o recente interesse das pessoas pelo rio Tejo, todos falamos do que podemos fazer e temos a obrigação de todos nós fazer força junto das autoridades espanholas, para que Almaraz seja encerrada definitivamente. -----

Uma notícia dos últimos dias, mostra que Almaraz está numa situação cada vez mais preocupante e muito semelhante infelizmente a uma situação que há trinta anos, faz hoje precisamente trinta anos, que todos nós não queremos ver refletidas e muito menos nas nossas vidas. -----

Neste aspeto, vamos votar favoravelmente, porque também acreditamos que cada vez mais, que tanto o dique de Abrantes, como o corte no rio no Pego é um perigo.” -----

Interveio **António Ferreira**: “A moção está bem estruturada e levanta problemas que também existem no nosso País. -----

Daquilo que já foi referido, o Entroncamento nesse aspeto vai dar um bom exemplo, vamos descarregar as águas para o Tejo mais limpas, que até agora têm sido enviadas diretamente para o Tejo. -----

A zona envolvente a Lisboa, se não fosse as descargas das ETAR's, das indústrias e da agricultura, podíamos ter praias à volta de Lisboa lindíssimas.” -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO/MOÇÃO -----

A recomendação/moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “As novas tecnologias têm estas coisas que nos possibilitam que os municípios que nos estão a ver, possam fazer perguntas online. -----

Há uma munícipe no Entroncamento que nos pede para perguntar ao senhor Presidente da Assembleia, que transmita a pergunta ao senhor Presidente da Câmara e que é o seguinte: “Na Praceta Frutuoso Mendes, junto ao número quarto, há um buraco significativo quando é que o mesmo vai ser arranjado.” Quando é que é reorganizado e recuperado o local onde existia um jardim infantil na mesma zona? O que pretende o município fazer, o que pode fazer e se já foi feita alguma coisa, com o cidadão sem abrigo que deambula e dorme na rua calcetada diariamente?” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se de seguida à intervenção do público. -----

Em virtude de não existir pedidos de intervenção do público presente, entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Interveio **Fernanda Alves**: “Estamos bastante satisfeitos e damos os parabéns à câmara por este documento, com o rigor e transparência que o documento traz. -----

Estamos bastante satisfeitos pelo esforço que está a ser feito pelo executivo, nomeadamente ao nível da redução da dívida e da redução das despesas correntes. -----

Obviamente que há muitos aspetos que gostaríamos de realçar, nomeadamente os valores da água, o IMI que eu penso que é um ponto de honra que este executivo tem em mente. -----

Estamos também satisfeitos com a questão da redução da iluminação pública. -----

A questão do gasóleo relativamente aos transportes públicos em relação à reestruturação das linhas do TURE. -----

Poderíamos estar aqui a relatar muitos aspetos, mas o que nos chamou à atenção, é a tal gestão eficaz que consideramos que o executivo está a ter, nomeadamente o pagamento a fornecedores.” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “Sobre este ponto temos a dizer o seguinte: -----

As Receitas Correntes registaram o maior valor do período em análise com uma execução de 91,24% -----

Muito desse “sucesso” se deve ao comportamento da rubrica Impostos Indiretos nomeadamente ao IMT com um grau de execução de 125,27%, ou seja, de cerca de 700.000 euros, embora grande parte desta verba se deva a uma única operação de cerca de 400.000 euros. -----

Quanto à Derrama, esta continua em queda desde 2012. As medidas que este executivo tentou implementar para atração de novos negócios bem como para o incentivo à criação de novos postos de trabalho tem produzido efeito zero. Será

porventura a hora de mudar o modelo e arranjar soluções que efetivamente vão ao encontro dos desejos das empresas e empresários. -----

Ainda em relação às Receitas Correntes, mas na rubrica Impostos Diretos há que realçar, pela negativa, a rubrica Loteamentos e Obras, com uma execução de apenas 1,92%. Os processos abaixo transcritos, a saber: -----

- ASAS INVEST = 276.426,44 euros (Processo 01/12) -----

- MSC = 106.888,25 euros (Processo 02/09) -----

- Trindade e Martins = 306.590,94 euros (Processo 15/12) -----

- Zone Soft = 6.720,96 euros (Processo 5/82) -----

Deveriam providenciar ao Município uma verba de 855.676,00 euros, dos quais só 16.440,70 euros, entraram efetivamente. -----

Como certamente todos estarão lembrados, no momento do orçamento, foi referido aqui nesta casa, que estas eram verbas que estavam a ser colocadas no orçamento e que não correspondiam à realidade. Lembro-me bem da resposta do senhor Presidente da Câmara, disse inclusive que eram investidores que tinham contactado os serviços há muito pouco tempo e que pretendiam efetivar aqueles loteamentos e obras. –

Agora temos a prova clara de que, aquilo que dissemos na altura era verdade, aqueles impostos não entraram e aqueles valores no orçamento serviram para economicamente e a nível de gestão para equilibrar as contas do orçamento. -----

Quanto à rubrica **Rendas**, estranha-se o valor dos pagamentos do Café no Centro Cultural de apenas 6.824,44 euros, valor que consideramos baixo em função das rendas aplicáveis e sobre o qual gostaríamos de ser esclarecidos. -----

Além disto, gostaríamos de ser esclarecidos, qual é que é o processo neste momento, quer do Café do Centro Cultural, quer do café da zona lá de cima que está fechado, este aqui com as condicionantes de que já falámos mais do que uma vez. -----

Pela positiva e na rubrica Recolha e Tratamento de Efluentes existe uma diminuição significativa, sobretudo devido à anulação do saneamento cobrado a mais e que totaliza uma poupança de 542.946,96 euros, referentes à diferença entre os valores medidos e os valores faturados pela Águas do Centro. -----

Já as Receitas de Capital, registaram a redução mais acentuada dos últimos 5 anos, sendo a principal razão a Venda de Bens de Investimento, com um desvio de -81,10% e nas Transferências de Capital, mais concretamente na rubrica FEDER e contratos-programa, com um desvio global de 59,32%, levando a uma execução de 47,77%. -----

Destaca-se também neste âmbito a rubrica Outras Receitas de Capital, com uma execução de 437,86%, devido ao acionamento das garantias bancárias à firma Nogueira & Matias no valor de cerca de 200.000,00 euros. -----

Nas Atividades Mais Relevantes, realçam-se dois itens que nos causam alguma estranheza pelo seu baixo ou nulo grau de execução, a saber: -----

Turismo – atividades diversas com um financiamento definido de 6.861,00 euros no qual só foram efetivamente investidos 572,48 euros, ou seja, com uma execução de 8,34%, e a nível do Comércio – atividades diversas com um financiamento definido de 22.345,00 euros e onde foram investidos exatamente 0,00 euros. -----

Em relação ao primeiro item, encorajamos o Município a desenvolver atividades que visem a promoção efetiva do Entroncamento com as mais diversas temáticas como facilmente poderão verificar. -----

Em relação ao segundo item, gostaríamos de sugerir entre outras atividades de apoio ao comércio, a realização de mais Noites de Comércio Aberto, da fixação

definitiva das Feiras de Velharias no espaço coberto do Mercado Municipal, bem como a alocação da iniciativa Viver o Comércio em dias de chuva para o mesmo espaço. -----

Também sugerir, e porque a verba é consonante com o proposto, reforçar a “oferta de Natal” com som ambiente, e outras questões que foram já elencadas nesta assembleia e para as quais o município não teve abertura para as incluir nos programas de atividades. -----

Na Aferição do Limite da Dívida Total, a dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 11,65%. Estão incluídas as entidades participadas pelo município. -----

À data de 01-01-2015 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de 48.325 euros e à data de 31-12-2015 essa contribuição passou para 77.124 euros. Para este facto contribuiu de forma volumosa os 62.392 euros de dívida da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, os quais, segundo palavras do senhor Presidente do Município, estariam a ser negociados para não integrarem a dívida total deste município. Pelos vistos as negociações foram infrutíferas.” -----

Por fim, analisamos o relatório enviado pelo ROC, analisamos o documento e mediante as considerações que efetuámos, vamos abster-nos na votação.” -----

Proseguiu **Pedro Gonçalves:**” O CDS no orçamento para 2015 absteve-se porque achou que o orçamento estaria muito bem feito em termos técnicos, mas que teria algumas falhas em termos de orçamentação de transferência de capital e de alguns investimentos. -----

Preocupa-nos muito que na rubrica do comércio não se tenha gasto um cêntimo. –

Nós queremos uma cidade viva, queremos uma cidade que chame gente, queremos uma cidade que prenda pessoas e com os gastos zero no comércio, será sempre uma rubrica que nos preocupa. -----

Tal como não votámos favoravelmente o orçamento para 2015, também não iremos votar favoravelmente, iremo-nos abster.” -----

Continuou **António Ferreira:** “Começaria por agradecer ao senhor Presidente da Câmara por ter reunido com a CDU e as outras forças políticas, muitas vezes quando se fala das contas, dos orçamentos participativos, é um exemplo a seguir e estamos agradecidos por isso. -----

Não queria repetir aquilo que já foi dito aqui, vou falar nalguns pontos que me parecem importantes e que temos que tomar algumas medidas. -----

As competências assumidas na área da educação estão a ser cada vez mais difíceis de gerir. -----

Discutindo as questões do saber fazer, da massa crítica, da capacidade de manutenção dos equipamentos, dos meios materiais e humanos na gestão desta área, é uma equação difícil de resolver cada vez mais, até porque o Estado vai cortando cada vez mais nas transferências para esta área. -----

Em relação ao PAEL, uma decisão errada do passado, com consequências enormes em termos das associações, as associações todos os anos perdem 5% das transferências e isso vem do passado. -----

As transferências da câmara municipal são avultadas, são setenta mil euros por ano, dessa importância vão para um fundo que ainda não está a ser aplicado. -----

Em relação à receita no IMT, há uma ligeira melhoria e foi-nos explicado que tinha a ver com um loteamento, no entanto continuamos preocupados com a economia local, se as receitas caem na Derrama e no IMT é porque a economia local não está a agir bem e continuamos parados nessa área. -----

Sobre o IMI, tínhamos avisado no passado e concretiza-se infelizmente, que esta questão de avaliação dos imóveis podia não dar grandes aumentos de IMI e grandes receitas para o município. -----

Fundos Comunitários, as dificuldades em cumprirmos com o cumprimento das receitas dos Fundos Comunitários, há dois anos que estamos a falar dos novos fundos, que era rápido, passou de um Governo para o outro e as coisas estão como estavam anteriormente e para além disso, as expectativas que tínhamos vieram a concretizar-se, são muito mais baixas e isso traduz-se na execução quer nas receitas, quer nas despesas de capital. -----

Sobre a dívida, há algum cuidado por parte da câmara e usou muito bem isso, que é através do Banco de Investimento Internacional, aproveitou esta oportunidade, aproveitou também outras oportunidades que existem e aproveitou uma queda dos juros.

A câmara teve resultados líquidos significativos depois de vários anos com as dificuldades que conhecemos, o total líquido é de cerca de um milhão de euros o que é positivo, permite poupar alguma coisa e ter alguma almofada para futuro. -----

A CDU continua preocupada com a questão da RESITEJO, e com a recusa do executivo em repartir a parte da dívida da RESITEJO, que corresponde ao nosso município no cálculo da dívida total do município. -----

Isto tem a ver com uma tomada de posição de diversos municípios, em que não está Constância e Tomar, baseado num parecer mandado fazer pela RESITEJO, no qual nós temos as maiores dúvidas. No entanto, a Câmara Municipal do Entroncamento, compromete-se a deixar um saldo disponível de endividamento que permite ao município em qualquer momento regularizar a situação. -----

Nós avisámos que não votávamos contra este orçamento se isto não estivesse resolvido anteriormente, mas como esta parte está salvaguardada, e há capacidade financeira para resolver este problema quando a câmara for obrigada, iremos votar favoravelmente.” -----

Referiu **Luis Grácio**: “Congratulamo-nos com a questão da dívida que tem vindo a diminuir, assim como a diminuição do prazo médio de pagamento, que é muito importante para as empresas. -----

Para podermos avaliar este relatório, temos também que olhar para a forma como este orçamento foi feito, realizado e concretizado. -----

Nós na altura da aprovação e execução do orçamento, levantámos algumas objeções que se vieram a concretizar, nomeadamente uma dúvida que nós colocámos sobre os valores de loteamentos e obras que estava orçamentado em 850.000 euros e que de facto se veio a concretizar, que não tinha colagem com a realidade se atendermos que a sua realização ficou em 16.460 euros, não tendo chegado a 2% do orçamentado. -----

Na base de críticas anteriores que o PS fez ao anterior executivo do PSD, nomeadamente quando orçamentava venda de terrenos que não eram previstos serem realizáveis, que o Bloco de Esquerda sempre se manifestou contra isso, nós também alertamos que provavelmente esta projeção de valores de loteamentos e obras, também estava muito fantasiada e portanto, na prática era uma crítica ao PSD, como quem diz: *olha para o que eu digo, não olhes para aquilo que eu faço.* -----

Relativamente ao IMI, é um aspeto importante, talvez a receita mais importante que a autarquia tem, ele tem vindo a subir, apesar de no último exercício ter tido uma pequena queda por diversos setores, alguns até referenciados no próprio documento, mas fundamentalmente porque houve alterações nomeadamente a avaliação do património, que obrigou a aplicação de novas taxas e portanto, teve um reflexo de acerto relativamente às receitas. -----

De qualquer forma, temos de considerar que desde 2011 até à data, houve um crescimento de 11% na receita o que não deixa de ser significativo e importante, o que coloca uma questão crítica que é as receitas das autarquias estão muito viradas para o património, não há uma diversificação de receitas. -----

O IMT sofreu uma alteração apesar de o documento fazer uma referência a um caso particular, julgo que deve ser relevado como importante esse caso particular, que teve um impacto forte nesta rúbrica, mas a própria rúbrica tem sofrido alterações e tem vindo a crescer, o que é interessante. -----

A Derrama mais uma vez baixou, a Derrama como sabem é um imposto sobre os lucros das empresas, mesmo o próprio regulamento aqui aprovado, acaba por não ter efeitos práticos, ninguém recorreu às hipóteses de isenção da Derrama, por iniciativa da criação de postos de trabalho, parece-me que é uma perspetiva que não tem colagem com a realidade, acho que a câmara devia ponderar essa forma de abordagem e colocá-la de outra forma. -----

Em relação à tecnologia LED, a nossa expectativa é que eventualmente pudesse ter um impacto mais positivo do que tem demonstrado, eventualmente poderá ser porque a dimensão da substituição da tecnologia ainda não atingiu o nível que permita ganhos significativos, mas julgamos que pelo caminhar do processo, virão retornos significativos. -----

Estamos agora na expectativa que o novo orçamento e o novo exercício que está em vigor, acabe de olhar para coisas que têm vindo a ser esquecidas, nomeadamente uma biblioteca em condições, que nós infelizmente no Entroncamento não temos, olhar para o Mercado Municipal como um todo e criar novas condições para que ele se revitalize, assim como, ao Cine-Teatro que até ao momento continua sem ter intervenção e com situações complexas, que para além da reabilitação do próprio edifício, há também problemas ambientais, nomeadamente com a existência de fibrocimento.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “Uma questão que me esqueci. -----

Em relação ao pessoal operacional, o grande problema que nós vivemos, as dificuldades que foram apontadas, têm a ver com a falta de pessoal e defendemos a necessidade de contratação de trabalhadores com estabilidade que garanta a prestação de serviços básicos na autarquia, em termos de Lei isso já é permitido desde que a câmara tenha um equilíbrio financeiro razoável, só assim se resolvem os problemas da nossa cidade.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “**Apreciação e Votação da Prestação de Contas – Exercício Económico de 2015 do Município do Entroncamento**”, foi aprovado por maioria, com catorze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e oito abstenções, sendo quatro do Partido Social Democrata, três do Bloco de Esquerda e uma do Centro Democrático Social. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Pediu a palavra **Marco Geração**: “Em relação a este ponto o Bloco de Esquerda irá votar contra, porque o artigo 11º tal como está, a assembleia municipal não define de facto as áreas de intervenção do Chefe da Unidade, como estipula a lei, visto isto ser uma questão de procedimento legal, e tendo em conta que o Regulamento da

Organização dos Serviços da Câmara Municipal do Entroncamento, não respeita a lei, isso justifica o nosso voto contra.” -----

Prosseguiu **Telma Jorge**: “Nós na câmara viabilizámos este documento e apesar de o termos viabilizado no executivo, tivemos agora mais algum cuidado na sua análise e surgiram algumas dúvidas, relativamente também à questão que o Marco Geração agora referiu. -----

Tivemos alguns esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara e também pedimos opinião a um jurista, e assente num parecer da DGAL, essa questão ficou esclarecida. -----

Entretanto surgiu-nos uma outra questão que não vai inviabilizar o voto a favor deste documento, e que é o seguinte: -----

Gostaríamos de saber se as estruturas sindicais foram auscultadas relativamente a este processo, que é de lei e se foram, quais?” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Também a bancada do Partido Socialista analisou o documento, pediu esclarecimentos, isto é uma alteração derivada da lei. -----

O lugar de Chefe de Unidade no geral não compete à assembleia definir a área de intervenção. -----

Relativamente ao documento em si, o Partido Socialista confia que a câmara melhor saberá gerir este assunto, e o nosso voto é a favor, obviamente.” -----

Interveio **José Baptista**: “O documento por melhor elaborado que esteja, com todas as questões que lá tenha elencadas, é efetivamente competência da assembleia municipal, definir sobre proposta da câmara, definir as áreas de competência dos requisitos dos recrutamentos, conforme o nº 3, do artigo 4º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, e, portanto, em função disto, não poderemos votar a favor.” -----

Referiu **Marco Geração**: “Queria adicionar uma questão. A questão relativamente ao voto contra do Bloco de Esquerda em relação a este ponto, tem a ver com essa questão legal. -----

Queríamos indagar se seria possível por exemplo fazer uma adenda ao documento, ou corrigir o documento e apresentar de uma nova forma do mesmo.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Penso que faz todo o sentido para esclarecimento, dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para poder esclarecer.” --

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “Esta é uma questão que nós debatemos com muita atenção porque as duas interpretações poderiam ser possíveis, mas existe já clarificação desta matéria, nomeadamente da parte da DGAL e dos inúmeros regulamentos que foram publicados, no sentido de que de facto, o que compete à assembleia municipal é fixar a dotação máxima de unidades flexíveis, fixar a dotação máxima de unidades, neste caso não pode haver equipas de projetos, ou seja, compete à assembleia municipal estabelecer a área e requisitos de recrutamento, a identificação dos níveis remuneratórios e as competências dos dirigentes intermédios de 3º grau e inferior.

Compete à câmara municipal, criar, alterar ou extinguir unidades flexíveis e definir as respetivas atribuições e competências. -----

Esta é uma clarificação que já foi feita pela DGAL e por outros organismos, tivemos o cuidado de consultar regulamentos das mais diversas naturezas partidárias e todos eles têm esta interpretação e que nós aqui seguimos. -----

Não temos qualquer dúvida que a proposta que fazemos, é proposta de acordo com a Lei e proposta que está de acordo com a generalidade dos regulamentos que nós consultámos. -----

Relativamente à questão da consulta às estruturas sindicais, não enviámos para parecer às entidades sindicais, não quer dizer que não o possamos fazer, porque em lado

nenhum a este nível é exigido, nem sequer se pôs a questão, poderemos pensar nela e não temos qualquer problema em pedir uma validação futura às entidades sindicais e se houver alguma questão, nós também alteraremos a proposta e fazemos uma nova alteração ao regulamento no caso deste ser aprovado, como eu gostaria que fosse que é importante para o nosso município.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “**Proposta de Alteração do Regulamento da Organização dos Serviços do Município do Entroncamento**” foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e sete votos contra, sendo quatro votos do partido Social Democrata e três votos do Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO -----

Interveio o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “Esta alteração resulta da Lei, não tem discussão nenhuma, são os artigos 2º, 3º e 4º alínea m) e n) da Lei nº 33/98, de 18 de julho. -----

Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento**”, foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NUMERO QUATRO -----

PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CONDECORAÇÕES DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO -----

Pedi a palavra **Fátima Roldão**: “Relativamente a este regulamento, consideramos que o mesmo se justifica e deve cumprir o espírito para que foi criado, prestigiar e galardoar personalidades ou entidades que contribuam para o desenvolvimento e dignificação do concelho. -----

Consideramos, contudo, que se poderia ter organizado de forma diferente a tipologia das condecorações reduzindo algumas como por exemplo agrupando numa só a Medalha Municipal de Mérito e a Medalha Municipal de Bons Serviços, que não nos parece ter diferenças assinaláveis. -----

Para além disso, parece-nos que o regulamento está correto e prevê as formalidades e o protocolo adequado, face ao uso das condecorações. -----

Ressalvamos apenas o que nos parece mais importante, que será o facto de serem respeitados os critérios de mérito, prestígio, isenção e reconhecido valor na escolha das personalidades e entidades a distinguir, que estas sejam efetivamente escolhidas de forma justa e imparcial, independentemente de valores ou critérios políticos ou outros critérios subjetivos, como temos visto noutras situações, banalizando-se totalmente a atribuição destas distinções, mesmo a nível nacional verificamos isso, e que as mesmas sirvam para premiar efetivamente o mérito e o trabalho de excelência.” -----

Prosseguiu **António Rodrigues**: “Considerando a atribuição das distinções, deve pautar-se pelos critérios de transparência, rigor, celeridade e coerência, garantindo que aqueles que são distinguidos, sintam que o são justamente. -----

Entendeu este executivo, por conveniente regulamentar as modalidades de distinções, as condições para a sua atribuição e os respetivos graus de modo a que se possa aferir a justiça e o mérito das deliberações relativas aos atos de agraciamento pelo município. -----

Considerando que a atribuição das distinções das personalidades e ou entidades deste concelho, pode acarretar algumas dificuldades aos órgãos municipais que procedem à atribuição de condecorações por falta de regulamento e face a um critério discriminatório, assente fundamentalmente em avaliações de carácter subjetivo com todas as vicissitudes daí decorrentes, eis que em boa hora o senhor Presidente da Câmara Municipal, faz chegar este regulamento à assembleia municipal e tem a excelente iniciativa de regulamentar a atribuição de condecorações e de criar regras claras de atribuição das mesmas. -----

Assim sendo, esta bancada do PS vai votar favoravelmente esta proposta.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “**Proposta de Regulamento de Condecorações do Município do Entroncamento**”, foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

PROPOSTA DE REGULAMENTO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR -----

Interveio **Fátima Roldão**: “Relativamente a este ponto, consideramos que o mesmo vem ao encontro das grandes preocupações de índole social e económica, que afeta grande parte das famílias portuguesas e nomeadamente do nosso concelho. -----

Tendo sempre como pressuposto a igualdade de oportunidades e o atenuar de alguns constrangimentos que se colocam no acesso ao ensino e ao sucesso educativo. ---

Salientamos a este propósito o ponto 3 do artigo 8º, onde se reconhece que poderão ser tidas em consideração outras situações além das previstas, analisando-se com rigor e sensibilidade social a situação dos agregados familiares, podendo ser recomendável por exemplo, a frequência do prolongamento do horário. -----

Parece-nos que faz todo o sentido, incluir nesta medida, as crianças filhos de desempregados, ou filhos de trabalhadores enquadrados por formas de trabalho remunerado que não dependentes de entidade patronal, como trabalhadores por conta própria a tempo parcial ou a inteiro. -----

Assim como não faria sentido, excluir os filhos de microempresários ou pequenos empresários em nome individual, situações sócio profissionais que podem incluir casos de exploração económica e de ausência ou desregulação dos horários de trabalho. -----

Uma vez que o regulamento por nossa sugestão acolheu esta proposta de alteração aquando da discussão no executivo, a que muito nos congratula, e que consideramos de facto muito importante face às dificuldades de muitas famílias, que nem sempre são totalmente visíveis, consideramos que este regulamento reúne os requisitos importantes que nós assinalámos e vamos votar favoravelmente.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “A única ressalva que há a fazer ao documento, já foi feita também em reunião de câmara e tem a ver com o artigo 14º e tem a ver com a questão ou a forma em todo o regulamento se fala da relação entre o município e a determinação das tarefas das coordenadoras dos estabelecimentos. -----

O município não tem a competência de estabelecer o relacionamento com os docentes, não pode interferir nas suas atribuições, nem nas atribuições dos docentes nomeados pelo Diretor do Agrupamento. -----

O Agrupamento tem um Diretor, neste caso uma Diretora, que é quem responde perante o município de todas as atividades que foram feitas ou a fazer. -----

Portanto, perante esta questão das coordenadoras, dos estabelecimentos responderem perante o município não faz qualquer sentido, de resto, votaremos a favor da proposta.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO -----

O ponto número cinco “**Proposta de Regulamento de Ação Social Escolar**” foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo nove votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO SEIS -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: “Sobre aquilo que o senhor José Miguel Baptista apresentou no início da sessão, por vezes existe aqui alguma questão de coordenação, o email que foi enviado para a assembleia, foi enviado ainda dentro do prazo previsto. -----

Acontece que na assembleia só temos um funcionário como é sabido e nem sempre as coisas quando são enviadas são rececionadas e cria aqui alguns atrasos e divergências. -----

A culpa neste tipo de situação acaba por ser global do serviço, efetivamente a informação foi enviada a tempo, o email só foi aberto no dia seguinte, as pessoas têm horários de trabalho, estas situações acontecem ainda por cima conjugado com um fim de semana prolongado. -----

Nada perdoa as situações e os atrasos, apelava a vossa compreensão para este assunto e gostava efetivamente que todos pudessem participar e discutir a informação do senhor Presidente da Câmara.” -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “Queria pedir um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, acerca de irregularidades processuais, que irregularidades processuais são essas?” -----

Proseguiu **Fernanda Lopes**: “A bancada do PS destaca da informação do senhor Presidente da Câmara, relativa a atividades municipais que decorreram desde a última assembleia, até à presente data. -----

Destacamos: A conclusão da empreitada da execução da escola EB 2/3 Dr. Ruy D’Andrade e da execução do Centro Escolar Norte e as acessibilidades relativamente a isso. -----

As empreitadas de execução da ciclovia, na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, entre outras. -----

A nível da Proteção Civil, destacamos infelizmente as seis ocorrências no dia 14 de fevereiro. -----

No setor da educação, a câmara tenta dar resposta a todas as solicitações e pedidos de reparação, arranjo e transportes. -----

Destacamos ainda a nível da educação, a inauguração da sede CLDS-3G. -----

A nível social, salientamos a redução de 50% nas tarifas de transporte a clientes ou utentes do Cartão Municipal do Idoso. -----

Destacamos a redução das tarifas do abastecimento de água e isenção das tarifas do lixo e saneamento. -----

Referimos ainda as cantinas sociais, que faz parte do programa de emergência alimentar da segurança social, das quais há duas instituições que fornecem refeições, nomeadamente o CERE e à Associação Lar dos Ferroviários. -----

Aproveito para deixar em nome do CERE, o convite para o 13º Encontro de Ranchos, amanhã no Bonito. -----

Quanto à cultura destacamos várias exposições e workshop, a Feira de Abril, o Entro. Culturas, o encontro de Tunas e Cavaquinho das Universidades Seniores. -----

Destacamos ainda a presença de Teresa Salgueiro, no Pavilhão Municipal, com uma noite muito animada, no dia 23 de abril. -----

Termino com estas palavras: Não há cultura no Entroncamento, ou não há adesão aos programas culturais.” -----

Intervio **Pedro Gonçalves**: “Para me cingir à informação do senhor Presidente da Câmara em nome da cultura, gostaria de ver explanados pelo senhor Presidente da Câmara os pontos que nós questionámos, porque ainda existem alguns munícipes que apesar do adiantado da hora, gostariam de ver todas as questões respondidas.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Relativamente às questões que o senhor Pedro Gonçalves colocou, se me apresentar a lista, tentarei responder aquelas que for possível agora, mas também se tem interesse em que elas sejam respondidas, seria interessante que as pudesse enviar com alguma antecedência, ou então, nós respondemos à posteriori. -----

Sobre a minha informação, queria realçar dois ou três aspetos que parecem importantes: -----

Nesta assembleia tem-se dito e é pena que não esteja presente a senhora Kelly Silva, que usou até uma expressão na última assembleia, que quem estivesse a ouvir pensaria que estávamos numa terra de ninguém, uma terra aonde não se faz nada e fazia uma pequena avaliação das atividades desenvolvidas e devo dizer que são mais que o dobro, das atividades desenvolvidas em igual período durante o último executivo. -----

A semana passada ocorreu uma hasta pública das lojas do mercado municipal que estavam por ocupar, e neste momento estão todas alugadas. -----

Relativamente à questão do sem-abrigo que já foi aqui tantas vezes falado, a última informação, foi que o sem abrigo foi a uma consulta de psiquiatra ao hospital de Tomar, acompanhado pela rede social do Entroncamento, com o apoio do Delegado de Saúde, com o intuito de ser hospitalizado, estabilizado em termos de medicação. -----

O Centro de Saúde está a enveredar esforços para a sua integração numa instituição. -----

Infelizmente alguns sem abrigo, insistem em manter esta situação, é o caso desta pessoa que tem sido seguida pela rede social do Entroncamento desde sempre, e a pessoa continua a insistir naquela forma de viver. -----

Queria realçar alguns aspetos que aqui foram referidos, relativamente à questão da nossa execução financeira e à atividade operacional, houve aqui algumas intervenções que eu percebo que sejam intervenções para alguns públicos que estejam a escutar, porque não tem substância, porque se fossemos por exemplo, seguir algumas sugestões apresentadas pelo PSD, provavelmente voltávamos às taxas de execução orçamental de 50%, voltávamos ao endividamento nos limites máximos e hoje por exemplo, o município teve uma taxa de execução superior a 75%, tem uma capacidade de endividamento de cinco milhões e meio de euros e quando tomámos posse, essa capacidade era zero. -----

Temo-lo feito reduzindo a taxa do IMI, a taxa de saneamento, não aumentando uma única taxa significativa para os nossos munícipes, o que para nós é um motivo de orgulho, satisfação do trabalho realizado. -----

São visíveis todos os fins de semana iniciativas constantes de apoio ao comércio, como aliás, acabei de dizer, o mercado tem todos os estabelecimentos alugados. -----

Sobre a tecnologia LED, a redução dos consumos não se deveu ao investimento maciço, mas sim a pequenos investimentos na área da substituição LED, quer nos edifícios, quer na sinalização dos semáforos, neste momento, a cidade do Entroncamento tem 90% dos semáforos em ligação LED. -----

Não se fez um investimento superior, porque durante o ano de 2015, não abriu nenhum aviso de candidatura, não foi sequer planificado o modelo de financiamento, para que nós pudéssemos avançar com os investimentos de cerca de um milhão de euros na substituição da iluminação pública e aí sim, iríamos ter ganhos significativos. -----

Relativamente à questão concreta da Escola Ruy D'Andrade, têm no vosso documento da Prestação de Contas, na página 71, uma referência a factos relevantes verificados após o encerramento do exercício e diz assim em termos resumidos esta informação: Que o município foi notificado na sequência da auditoria da Agência de Desenvolvimento e Coesão, foi notificado pela Inspeção Geral de Finanças, de que, relativamente ao investimento da Escola Ruy D'Andrade, iria sofrer uma correção financeira por irregularidades processuais, no montante de despesa elegível de 877.652,00 euros, a que corresponde uma correção do FEDER no montante de 746.000,00 euros. -----

Obviamente que não é de ânimo leve que se recebe uma notificação desta natureza e obviamente que já fizemos o nosso trabalho, que foi contestar esta proposta de decisão, não sabemos se vamos ter sucesso na nossa contestação, porque acima de tudo defendemos o interesse do município. -----

Estas irregularidades processuais apontadas, têm a ver com o lançamento do segundo procedimento concursal da obra da Escola Ruy D'Andrade, após o primeiro também ter sido anulado por irregularidades processuais, tem agora esta consequência. –

Lamentavelmente, o valor global de um investimento de seis milhões, que seria teoricamente financiado a 85% pelos Fundos Comunitários e 15% pela DGEestE, se as coisas tivessem sido feitas como deve ser, acontece que dos seis milhões, 1.717.000,00 euros é o valor do investimento que foi ao longo deste processo todo, considerado não elegível e é um investimento que esta câmara tem que fazer face numa recuperação de uma escola, que foi publicitada como de custo zero para este município. -----

Já agora, também devo partilhar com a assembleia, que esse segundo procedimento ao qual também foram apontadas irregularidades processuais pela Inspeção Geral de Finanças, esse segundo procedimento, quando foi decidida a adjudicação, essa adjudicação foi decidida por uma proposta que era 500.000,00 euros mais cara, do que a proposta mais baixa, não sei se com ou sem razão. -----

Se juntarmos a estes 1,717.000,00 euros, esses 500.000,00 euros a mais da proposta mais cara relativamente à mais baixa, temos um custo que é acima dos dois milhões de euros, é esta a realidade, nós não nos queixamos e estamos a trabalhar de forma sustentada para melhorar a situação do nosso município.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinquenta minutos, do dia vinte e sete de abril. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª Secretária:

A 2ª Secretária: